



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

Convênio 27/2026 /RETOMADA

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA - RETOMADA, E O MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES-GOIÁS, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

CONCEDENTE: O ESTADO DE GOIÁS, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA - RETOMADA**, inscrita no CNPJ nº 37.992.607/0001-05, com sede administrativa situada na Rua 82 nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º andar, Setor Central, em Goiânia - GO, neste ato representada por seu titular, Sr. **César Augusto de Sotkevicene Moura**, inscrito no CPF sob o nº XXX.145.881-XX, residente e domiciliado em Goiânia - GO, doravante denominada **CONCEDENTE**.

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES - GOIÁS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 02.267.698/0001-31, com endereço na Av. João Ferreira da Cunha, nº 631, Centro, Mossâmedes - GO, CEP: 76.150-000, neste ato representado pela Prefeita Sra. **Marta Maria Caetano de Almeida Cunha**, inscrita no CPF sob o nº XXX.511.701-XX, residente e domiciliada na Rua José Caetano de Almeida, nº 312 - Setor Central, Mossâmedes - GO, doravante denominada, **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, tudo constante nos processos administrativos nº (202619222000634) e nos termos e condições estipuladas abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1 As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram o Termo de Convênio, em conformidade com as normas legais previstas na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O objeto deste instrumento consiste em promover a realização da **“Tradicional Festa de Maio”**, por meio do apoio para contratação de serviço de locação de infraestrutura de eventos a serem instaladas na Praça Damiana da Cunha como suporte para apresentação de shows artísticos, a ocorrer entre os dias **29 a 31 de maio de 2026**, no Município de Mossâmedes - Goiás.

2.2 A iniciativa visa assegurar a continuidade de relevante manifestação cultural do município, fortalecendo o calendário festivo local e promovendo a valorização das tradições populares. Ademais, o convênio busca impulsionar a economia local, fomentando a circulação de renda e ampliando as oportunidades de geração de emprego e trabalho, especialmente nos setores de comércio, serviços e economia criativa.

2.3 O evento contribuirá diretamente para o aumento do fluxo de visitantes, refletindo positivamente na rede hoteleira, na alimentação, no transporte e em outros serviços correlatos, além de estimular o empreendedorismo local e incrementar a arrecadação municipal. Dessa forma, a ação proposta configura-se como instrumento estratégico de desenvolvimento econômico, turístico e cultural, promovendo a dinamização da economia e a valorização do espaço urbano de Mossâmedes – GO.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

3.1 Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho (90467286), especialmente elaborado e aprovado, do qual consta o detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução, com seus respectivos cronogramas, devidamente justificados, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento de Convênio, independente de transcrição.

3.1.1 Qualquer ajuste a ser realizado no Plano de Trabalho (90467286), deve ser submetidos e aprovado previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE.

3.1.2 Na hipótese de aditamento deste Termo de Convênio, que acarrete alteração do Plano de Trabalho, este deverá ser ajustado e devidamente aprovado.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

4.1 Compete ao CONCEDENTE, além das obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

4.1.1 efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado (90467286), que guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto deste Instrumento;

4.1.2 monitorar, acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto conveniado e avaliar seus resultados;

4.1.3 prorrogar de ofício a vigência deste Termo de Convênio antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que haja plena condição para execução do objeto;

4.1.4 avaliar a execução deste Termo de Convênio, objetivando a decisão de aprovar o redirecionamento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado e eventual solicitação de Termo Aditivo pelo CONVENENTE, fundamentada em razões que a justifique;

4.1.5 acompanhar e fiscalizar, por meio de um representante ou de uma equipe de representantes, especialmente designado(a), a utilização dos recursos transferidos para consecução do objeto deste Termo de Convênio, avaliando os seus resultados e reflexos, de acordo com o estabelecido na Cláusula Décima - Do acompanhamento e fiscalização;

4.1.6 verificar a regular aplicação da parcela de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas;

4.1.7 analisar os Relatórios de Execução e a Prestação de Contas dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Termo de Convênio, devendo comunicar ao CONVENENTE qualquer irregularidade decorrente do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, e suspender a liberação dos respectivos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período;

4.1.8 verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo CONVENENTE para a execução do objeto deste Termo de Convênio, atendo-se à documentação no que concerne à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado e ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONVENENTE, que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;

4.1.9 na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, reduzir o quantitativo até a etapa que apresente funcionalidade;

4.1.10 Receber e encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas da gestão de recursos financeiros concedidos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

5.1 Compete ao CONVENIENTE, além das obrigações previstas na Lei 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

5.1.1 executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado neste Termo de Convênio, conforme Plano de Trabalho e suas reformulações, aprovados pelo CONCEDENTE, observando prazos e custos;

5.1.2 executar o objeto pactuado zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, a fim de alcançar eficiência e eficácia na sua consecução;

5.1.3 assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

5.1.4 selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

5.1.5 promover a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência sensorial ou motora ou com mobilidade reduzida, às de atendimento prioritário e a outros especificados no Decreto nº 5.296/2004;

5.1.6 contribuir em favor da política de enfrentamento ao tráfico e à exploração sexual de crianças e adolescentes no segmento do turismo, e da inserção da marca do Programa Turismo Sustentável e Infância;

5.1.7 utilizar os recursos recebidos na execução do objeto deste Termo de Convênio, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, quando for o caso, devendo sua movimentação realizar-se em conformidade com o disposto na Cláusula Nona – Da conta específica e da aplicação dos recursos;

5.1.8 arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE;

5.1.9 manter os documentos relacionados a este Termo de Convênio arquivados pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que for aprovada a prestação de contas;

5.1.10 responsabilizar-se pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas à contratação de pessoal para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, bem como por quaisquer ônus tributários ou extraordinários que venham a incidir sobre o presente Instrumento;

5.1.11 assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e da RETOMADA em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na CLÁUSULA SEGUNDA e, bem assim, inserir a marca do Governo Estadual nos outdoors custeados, em banners e cartazes, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Convênio, observados os limites da Lei Federal nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), ficando vedado aos Convenientes utilizarem nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

5.1.12 realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório, de acordo com as normas de licitação, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do Termo de Referência, da planilha orçamentária, o respectivo detalhamento de sua composição por item de orçamento ou conjunto deles, e a disponibilidade de contrapartida, quando for o caso, sempre que optar pela execução terceirizada;

5.1.13 apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;

5.1.14 exercer, na qualidade de concedente, a fiscalização sobre o convênio administrativo de execução ou fornecimento;

5.1.15 estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Termo de Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos, quando for o caso;

5.1.16 fornecer ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

5.1.17 disponibilizar, sempre que solicitado, um representante para acompanhar o servidor ou equipe do CONCEDENTE especialmente designado(a) no ato da fiscalização in loco;

5.1.18 permitir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, bem como do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações referentes a este Termo de Convênio, bem como aos locais de execução do objeto;

5.1.19 não realizar despesa em data anterior à vigência deste Termo de Convênio nem efetuar pagamento em data posterior à sua vigência, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste Instrumento;

5.1.20 não autorizar o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a servidor ou empregado público que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal;

5.1.21 não efetuar pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

5.1.22 não realizar despesas a título de taxa de administração, ou similar;

5.1.23 não realizar trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

5.1.24 disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Termo de Convênio contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

5.1.25 disponibilizar todo e qualquer material produzido no âmbito deste Termo de Convênio ao CONCEDENTE, para fins institucionais e instrucionais, quando for o caso;

5.1.26 instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do convênio ou gestão financeira do Convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;

5.1.27 prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, das aplicações financeiras, quando houver, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma do Artigo 21 do Decreto Estadual nº 10.248/2023, contados do término da vigência deste Termo de Convênio e na forma prevista nos itens 5.4,5.5 e seguintes desta Cláusula;

5.1.28 não contratar pessoas que tenham sido responsáveis pela elaboração de projetos básicos ou de termos de referência relativos aos objetos contratados, por descumprir o disposto Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248/2023;

5.1.29 elaborar projetos básicos ou termos de referências, para as contratações necessárias à consecução do objeto, com os elementos necessários e suficientes para possibilitar a avaliação dos custos dos serviços a serem contratados de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.30 colher as assinaturas de todas as pessoas incluídas como responsáveis pelos projetos básicos ou termos de referência, em atenção ao princípio da veracidade que deve nortear a administração pública, e ao caráter formal do procedimento licitatório consagrado de acordo com Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.31 exigir a emissão de pareceres técnico e jurídicos após a fase preparatória, com a finalidade de realização de controle prévio de legalidade dos convênios e termos aditivos contratuais, atendendo ao comando do art. 53 da Lei federal nº 14.133, de 1 abril de 2021;

5.1.32 formalizar procedimentos de licitação, com abertura do processo administrativo, autuação, protocolo e numeração dos autos processuais, nos termos preconizados pela Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.33 exibir os vídeos de promoção do turismo do Estado de Goiás, disponibilizado pelo CONCEDENTE, devendo ser exibidos, preferencialmente nos períodos que antecedem as atrações artísticas, ou em locais de grande concentração de público do evento;

5.1.34 comunicar o cancelamento do evento à RETOMADA, no prazo mínimo de 03 (três) dias antes de seu início, sob pena de responsabilizar-se por eventuais gastos realizados por esta pasta com o envio de servidor(es) para efetuar a fiscalização do evento, ressalvados os casos fortuitos e de força maior;

5.1.35 assegurar e comprovar que os valores arrecadados com a venda de bens e serviços produzidos ou fornecidos no âmbito deste Termo de Convênio sejam revertidos para a consecução do objeto ou recolhidos à conta do Tesouro Estadual, quando for o caso;

5.1.36 Realizar a divulgação da formalização do convênio na comunidade beneficiada e à Câmara de Vereadores por meio de reunião pública presencial ou virtual, fixação de cartazes em locais de grande circulação, publicações nas redes sociais oficiais, envio de ofícios formais à Câmara, e, quando aplicável, publicação no Diário Oficial do Município;

5.1.37 identificar o objeto do convênio como resultante da aplicação de recursos do governo estadual.

5.2 O descumprimento de quaisquer das obrigações dispostas nos incisos anteriores acarretará ao CONVENENTE a prestação de esclarecimentos perante o CONCEDENTE.

5.3 A fiscalização pelo CONVENENTE consiste na atividade administrativa realizada de modo sistemático, atualizada, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos. Nesse sentido, a fiscalização pelo CONVENENTE deverá:

a) manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle dos serviços; e

b) verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem os requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos aprovados.

5.4 Os documentos referentes ao procedimento licitatório, à celebração de convênios, à liquidação e aos pagamentos das despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, bem como as informações relativas ao registro de ingressos de recursos do convênio, deverão ser apresentadas no momento da prestação de contas.

5.5 Além da documentação solicitada no Plano de Trabalho, a prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância às disposições do Decreto Estadual nº. 10.248/2023, devendo ser composta do seguinte:

5.5.1 ofício de encaminhamento;

5.5.2 relatório circunstanciado do cumprimento do objeto;

5.5.3 cópia do plano de trabalho aprovado pelo ordenador de despesa;

5.5.4 cópia do termo firmado, com indicação da data de sua publicação;

5.5.5 relatório de execução físico-financeira;

5.5.6 demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos na aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;

5.5.7 relação de pagamentos efetuados com os recursos do concedente e convenente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

5.5.8 relação de serviços de terceiros com os recursos do concedente e convenente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

5.5.9 extrato da conta bancária específica, do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento, demonstrando a conta zerada, e, se for o caso, a conciliação bancária;

5.5.10 extratos da conta de aplicação financeira, evidenciando todos os rendimentos auferidos no período e demonstrando a conta zerada;

5.5.11 comprovante de recolhimento do saldo de recursos ao Tesouro Estadual;

5.5.12 cópia dos despachos adjudicatório e homologatório das licitações realizadas ou justificativa para a sua dispensa ou a sua inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal;

5.5.13 cópia dos convênios firmados e com os respectivos aditivos e publicações, quando for o caso;

5.5.14 notas fiscais/faturas;

5.5.15 o relatório fotográfico dos bens adquiridos e das obras realizadas, se for o caso;

5.5.16 a relação dos treinados ou dos capacitados, quando for o caso; e

5.5.17 o termo de compromisso por meio do qual o convenente fica obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 5 (cinco) anos, da data em que foi aprovada a prestação de contas

5.6 Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no convênio, o CONCEDENTE estabelecerá prazo adicional máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação ou para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

5.7 Se ao término do prazo estabelecido o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos, o concedente registrará, no sistema previsto no parágrafo único do art. 8º do Decreto nº 10.248 , a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, adotará medidas para a reparação do dano ao erário e, se for o caso, providenciará a instauração de tomada de contas especial, sob a pena de responsabilização solidária , nos termos do Artigo 24 do Decreto Estadual nº. 10.248/2023.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Convênio terá vigência de **02 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com sua eficácia condicionada a publicação no Diário Oficial do Estado, para a consecução do objeto expresso no Plano de Trabalho (90467286) aprovado.

6.2 Quando o CONCEDENTE der causa ao atraso na liberação dos recursos, a vigência deste Termo de Convênio será prorrogada, de ofício, pelo exato período do atraso verificado, devendo o CONVENENTE, caso o atraso tenha comprometido a realização de metas ou ações estabelecidas no cronograma de execução, propor a reformulação do Plano de Trabalho (90467286), que deverá ser aprovado pela área técnica do CONCEDENTE.

6.3 A vigência deste Instrumento poderá ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por solicitação do CONVENENTE, fundamentada em razões concretas que a justifiquem, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência prevista para a execução de seu objeto, desde que aceita pelo CONCEDENTE.

6.4 O CONVENENTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentar a Prestação de Contas, a contar do término da vigência estabelecida no item 6.1, ou da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1 Para a execução do objeto deste Termo de Convênio, dá-se o valor total de **R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais)**, cabendo ao CONCEDENTE destinar o montante de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, correndo as despesas à conta do Orçamento do Estado de Goiás, observadas as características abaixo especificadas, e ao CONVENENTE caberá a contrapartida financeira no montante de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)** de cordo Nota de Empenho nº 00028/2026 (88776413), conforme Plano de Trabalho (90467286) aprovado.

Da CONCEDENTE:

Dotação Orçamentária: 2026.4201.11.691.1054.3254.03

Natureza da Despesa: 3.3.40.41.21

Fonte: 15000100

Nota de Empenho: 2026.4201.027.00031, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Da CONVENENTE:

Classificação da Despesa: 13.392.1301.2.022.3.3.90.39.23

Nota de Empenho: 00028/2026 (88776413), no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

7.2 As despesas decorrentes da execução do presente Convênio em exercício subsequente, no que corresponde ao CONCEDENTE, correrão à conta de suas dotações orçamentárias, sendo objeto de Termo Aditivo a indicação do respectivo crédito e empenho, quando for o caso.

7.3 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, provenientes das aplicações, se for o caso, figurarão, obrigatoriamente, no Orçamento do CONVENENTE, obedecendo ao desdobramento por fonte de recursos e elementos de despesa.

7.4 Na hipótese do objeto deste Termo de Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição, tanto pelo CONCEDENTE quanto pelo CONVENENTE, considerar-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, aplicável ao valor total anteriormente pactuado.

8. CLÁUSULA OITAVA- DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

8.1 Os recursos financeiros serão liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho (90467286) aprovado, em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do Convênio, a crédito de conta específica.

8.2 Para recebimento dos recursos o CONVENENTE deverá estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho (90467286).

8.3 A liberação da segunda parcela e seguintes fica condicionada à aprovação, pelo CONCEDENTE, de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada, quando for o caso.

8.4 O CONCEDENTE suspenderá a liberação dos recursos quando houver quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, ou quando a justificativa apresentada pelo CONVENENTE não for aceita, observado o previso na Cláusula Décima Primeira – Das Irregularidades.

9. CLÁUSULA NONA - DA CONTA ESPECÍFICA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, serão obrigatoriamente, mantidos em conta bancária específica do Convênio exclusivamente em instituições financeiras controladas pelo Estado e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.2 Os recursos financeiros serão repassados ao CONVENENTE, em uma ou mais parcelas, para atendimento das disposições do Demonstrativo de Desembolso contido no Plano de Trabalho (90467286), parte integrante deste Termo de Convênio;

9.3 O CONVENENTE manterá uma conta bancária específica, para registro das operações financeiras do Convênio;

9.4 Se houver saldo dos recursos que foram liberados pela CONCEDENTE, este deverá ser devolvido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do término do Convênio, ressalvadas as hipóteses;

9.5 Os recursos liberados pela CONCEDENTE e aplicados indevidamente pelo CONVENENTE deverão ser devolvidos à conta vinculada do Convênio;

9.6 Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho (90467286), mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.7 Os recursos transferidos pela CONCEDENTE, enquanto não empregados na sua finalidade, deverão ser obrigatoriamente aplicados, através da instituição bancária detentora da conta corrente do Convênio, desde que não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados;

9.8 As receitas, oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, não poderão ser computadas como contrapartida e serão aplicadas no objeto do Convênio, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas exigidas para recursos transferidos.

9.9 Os saldos de Convênio, enquanto não utilizados, serão, obrigatoriamente, aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês.

9.10 As receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

9.11 A liberação de parcelas de recursos sujeitará o convenente a manter as mesmas condições para celebração do convênio e deverá ser efetuada em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos abaixo enumerados, hipóteses em que as referidas parcelas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

9.11.1. quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração;

9.11.2. quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

9.11.3. quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo participante repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

9.12 O valor do repasse a ser transferido pela concedente não poderá ser aumentado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada e fiscalizada por servidor(a) a ser designado por meio de Portaria, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução de seu

objeto, devendo o CONCEDENTE registrar os atos de acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Instrumento, respondendo o CONVENENTE pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Termo de Convênio.

10.2 A fiscalização pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, em ateste da execução de serviços realizados no âmbito deste Termo de Convênio, mediante fiscalização in loco ou conforme previsto nas subcláusulas 10.5 e 10.7 abaixo delineadas, por meio da verificação da compatibilidade dos quantitativos apresentados com os quantitativos efetivamente executados.

10.3 O acompanhamento pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, na análise e aprovação das eventuais reformulações de projetos, quando houver modificação, inclusive de especificações dos serviços, desde que fundamentadas e justificadas em relatórios técnicos elaborados pelo CONVENENTE, apresentados previamente ao CONCEDENTE.

10.4 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada por um representante, ou uma equipe de representantes, do CONCEDENTE, especialmente designado(a), conforme previsto na subcláusula 4.1.5., constante da Cláusula Quarta – Das Obrigações do Concedente, que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução de seu objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

10.5 O(A) servidor/equipe designado(a) pelo CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo de Convênio, preferencialmente, por meio de supervisão in loco ou qualquer meio idôneo disponível, tais como: jornais, internet, fotografias, telefonemas e congêneres, que caso não ocorra deverá ser devidamente justificada.

10.6 O(A) servidor/equipe especialmente designado(a) pela CONCEDENTE não poderá pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão.

10.7 O CONVENENTE deverá franquear o acesso dos servidores especialmente designados para a função fiscalizatória aos processos, documentos ou informações referentes à execução do Convênio.

10.8 A não execução do objeto na data prevista no Plano de Trabalho (90467286) aprovado ensejará a anulação da Nota de Empenho e rescisão unilateral do Convênio pela CONCEDENTE.

10.9 No acompanhamento do objeto deste Termo de Convênio serão verificados:

- a) a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- b) a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- c) o cumprimento das metas do Plano de Trabalho (90467286) nas condições estabelecidas.

10.10 Ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores da CONCEDENTE, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS IRREGULARIDADES

11.1 O CONCEDENTE comunicará ao CONVENENTE, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, além das previstas abaixo, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

I - quando não houver comprovação da correta aplicação da(s) parcela(s) recebida(s), na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados pelo CONCEDENTE e/ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública Federal;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da

Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Convênio;
e

III - quando o CONVENENTE descumprir qualquer Cláusula ou condição deste Termo de Convênio.

11.2 Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE disporá do prazo de 10 (dez) dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

11.3 Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput desta Cláusula o CONCEDENTE: a) realizará a apuração do dano; e b) comunicará o fato ao CONVENENTE para que seja ressarcido o valor referente ao dano.

11.4 O não atendimento das medidas saneadoras previstas na subcláusula 11.2 ensejará que o ordenador de despesas, sob pena de responsabilidade, determine a inscrição no cadastro de inadimplentes e a instauração da Tomada de Contas Especial.

11.5 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, o CONCEDENTE dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

12.1 Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, o CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, é obrigado a recolher por meio de Guia de Recolhimento ao Estado o que se segue:

12.1.1 os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado;

12.1.2 o valor total dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:

a. quando não for executado o objeto da avença;

b. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Convênio; e

c. quando não for apresentada, no prazo estabelecido neste Termo de Convênio, a prestação de contas.

12.1.3 o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;

12.1.4 o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou, ainda, que não tenha sido feita aplicação;

12.1.5 o valor correspondente a qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

12.2 A devolução prevista no item 11.1 será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos previstos na celebração, independentemente da época em que foram aportados pelos Partícipes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

13.1 Obriga-se o CONVENENTE a registrar, em sua contabilidade analítica, os recursos recebidos do CONCEDENTE, sendo que as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENENTE, identificando o número do Convênio e a especificação dos itens conforme Plano de Trabalho (90467286) aprovado, bem como manter em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES

14.1 É vedada a utilização dos recursos repassados pelo CONCEDENTE, dos recursos oriundos de aplicação financeira, quando houver, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho (90467286) aprovado, devendo o Convênio ser executado em estrita observância às suas Cláusulas e às normas pertinentes, sendo vedado:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

III – pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas, compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias vigente;

IV – alterar o objeto do convênio de forma a descaracterizá-lo;

V – utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

VI – realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VII – realizar despesa em data posterior à vigência do instrumento, salvo os pagamentos cujo fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

VIII – realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho (90467286).

IX - Fica vedada a proposição de aquisição de bens móveis/imóveis e/ou materiais permanentes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

15.1 Este Convênio poderá ser denunciado por quaisquer dos Participes, mediante notificação escrita, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos Participes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido, auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

15.2 Constitui motivo para rescisão deste Termo de Convênio, além do acima exposto, principalmente a constatação, pelo CONCEDENTE, das seguintes situações:

a) o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

b) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho (90467286) aprovado;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

d) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na Cláusula Nona - Da Conta Específica e da Aplicação dos Recursos; e

e) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

15.3 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

15.4 A rescisão do Convênio quando resulte dano ao erário enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

15.5 Em sendo evidenciados pelos órgãos de controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

16.1 Este Convênio poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante proposta de modificação a ser apresentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência e desde que aceitas pelo CONCEDENTE, não podendo haver alteração do objeto aprovado.

16.2 A celebração de Termo Aditivo fica condicionada à comprovação de regularidade, nos termos da legislação vigente, e da regular execução das metas/etapas do Convênio em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, a ser verificada pela respectiva área técnica do CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

17.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio será obrigatoriamente consignada a participação do CONCEDENTE.

17.2 Fica vedada aos Participes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho (90467286).

17.3 Será considerada promoção pessoal, dentre outras: a utilização de faixas, painéis, cartazes, folders, outdoors ou outras formas de divulgação onde constem nomes ou imagens de autoridades ou servidores públicos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E DO FORO

18.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

18.2 As partes elegem o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir quaisquer conflitos e dúvidas decorrentes deste convênio, com renúncia expressa de todos os demais, por mais privilegiados que sejam. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Caberá ao CONCEDENTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Convênio e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos do art. 20 do Decreto nº 10.248/2023;

E por estarem em acordo, assinam este instrumento os representantes das partes, para que se alcance os jurídicos e desejados efeitos.

Pela **CONCEDENTE**:

César Augusto de Sotkeviciene Moura

Secretário de Estado da Retomada

Pela **CONVENENTE**:

Marta Maria Caetano de Almeida Cunha

Prefeita do Município de Mossâmedes - Goiás

GOIÂNIA, 18 de Maio de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA**, **Secretário (a) de Estado**, em 19/05/2026, às 18:17, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MARTA MARIA CAETANO DE ALMEIDA CUNHA**, **Usuário Externo**, em 20/05/2026, às 08:38, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **90497071** e o código CRC **ABD74139**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
RUA 82 400, PALACIO PEDRO LUDOVICO TEIXERIRA, 2 ° ANDAR ALA LESTE - Bairro
SETOR CENTRAL - GOIANIA - GO - CEP 74015-095 - .



Referência: Processo nº 202619222000634



SEI 90497071

PLANO DE TRABALHO
Município de Mossâmedes
Processo: 202619222000634

1. DADOS CADASTRAIS CONCEDENTE

1.1 Órgão/Entidade Proponente:		1.2 CNPJ:	
Secretaria de Estado da Retomada		37.992.607/0001-05	
1.3 Endereço: Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Leste, Setor Central			
1.4 Cidade:	1.5 UF:	1.6 CEP:	1.7 DDD/Telefone:
Goiânia	GO	74.015-908	(62) 3201-5255
1.8 E-mail: cesar.moura@goias.gov.br		1.9 Site: www.retomada.go.gov.br	
1.10 Nome do Responsável pela instituição:		1.11 CPF:	
Cesar Augusto de Stokeviciane Moura		XXX.145.881-XX	
		1.12 C.I (Órgão Expedidor): 3100305 SSP-GO	
1.13 Endereço:			
Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Oeste, Setor Central			
1.14 Cidade:	1.15 UF:	1.16 CEP:	1.17 DDD/Telefone:
Goiânia	GO	74.015-908	(62) 3201-5255
1.18 E-mail: cesar.moura@goias.gov.br		1.19 Site: https://www.retomada.go.gov.br/	

2. DADOS CADASTRAIS - CONVENENTE

2.1 Órgão/Entidade Proponente:		2.2 CNPJ:	
Município de Mossâmedes		02.267.698/0001-31	
2.3 Endereço:			
AVENIDA JOÃO FERREIRA DA CUNHA, 631, CENTRO			
2.4 Cidade:	2.5 UF:	2.6 CEP:	2.7 DDD/Telefone:
MOSSÂMEDES	GO	76.150-000	(64) 3195-0052
2.8 E-mail: Pref.mossamedes@gmail.com e tainarasj2@gmail.com		2.9 Site: https://www.mossamedes.go.gov.br	

2.10 Nome do Responsável pela instituição:		2.11 CPF:	
MARTA MARIA CAETANO DE ALMEIDA CUNHA		430.511.701-00	
		2.12 C.I (Órgão Expedidor):	
		SSP-GO	
2.13 Endereço			
RUA JOSÉ CAETANO DE ALMEIDA, 312, SETOR CENTRAL			
2.14 Cidade:	2.15 UF:	2.16 CEP:	2.17 DDD/Telefone:
MOSSÂMEDES	GO	76.150-000	(64) 981331030
2.18 E-mail:		2.19 Site:	
Pref.mossamedes@gmail.com		https://www.mossamedes.com.br	

3. DADOS CADASTRAIS - GESTORA DO CONVÊNIO

3.1 Nome:		3.2 CPF:	
MARTA MARIA CAETANO DE ALMEIDA CUNHA		430.511.701-00	
3.3 Vínculo com Conveniente: Prefeita Municipal de Mossâmedes-GO			
3.4 Cidade:	3.5 UF:	3.6 CEP:	3.7 DDD/Telefone:
MOSSÂMEDES	GO	76.150-000	(64) 981331030
3.8 E-mail: pref.mossamedes@gmail.com			

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1 Título do Projeto:		4.2 Vigência do convênio:	
Apoio financeiro para contratação de locação de Infraestrutura para eventos, destinado a atender a Tradicional Festa de Maio, a ocorrer entre os dias 29 a 31 de maio de 2026, no Município de Mossâmedes – GO.		Início da vigência	Término da vigência
		Após a subscrição do Convênio	02 (dois) meses após a assinatura do Convênio
4.3 Objeto do Convênio:			
<p>Apoio financeiro para a contratação de serviços de locação de infraestrutura e suporte técnico destinados à realização da Tradicional Festa de Maio do Município de Mossâmedes – GO, a ocorrer no período de 29 a 31 de maio de 2026, evento de caráter cultural, social e econômico, voltado à valorização das tradições locais, promoção do lazer e fortalecimento do comércio e turismo regional.</p> <p>Os recursos públicos, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), serão aplicados exclusivamente na viabilização da estrutura necessária para a execução do evento, compreendendo a locação, montagem, manutenção e desmontagem de equipamentos e serviços, tais como: palco, sistemas de sonorização e iluminação profissional, geradores de energia, estruturas de contenção (barricadas/grades), além de outros itens indispensáveis à segurança, organização e qualidade das apresentações.</p> <p>A iniciativa visa assegurar condições adequadas para a realização das atividades programadas, garantindo segurança ao público e aos participantes, bem como contribuindo para o fomento da economia local, por meio da geração de renda e incremento das atividades comerciais durante o período festivo.</p>			

4.3 Objetivo do Convênio:

O presente convênio tem por objetivo viabilizar, mediante a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a adequada estruturação e realização da Tradicional Festa de Maio do Município de Mossâmedes – GO, a ocorrer no período de 29 a 31 de maio de 2026, assegurando condições técnicas, operacionais e de segurança necessárias à execução do evento.

Especificamente, busca-se garantir a contratação de serviços de locação de infraestrutura e suporte técnico indispensáveis à realização das programações culturais e artísticas, incluindo shows musicais e demais atividades festivas, por meio da disponibilização de palco, sistemas de sonorização e iluminação profissional, geradores de energia, estruturas de contenção (barricadas/grades), entre outros itens correlatos.

O convênio tem, ainda, como finalidade promover o acesso da população a atividades culturais e de lazer, valorizar as tradições locais, incentivar a integração comunitária e impulsionar a economia do município, mediante o fortalecimento do comércio e a geração de emprego e renda durante o período de realização do evento.

A iniciativa visa assegurar a continuidade de relevante manifestação cultural do município, fortalecendo o calendário festivo local e promovendo a valorização das tradições populares. Ademais, o convênio busca impulsionar a economia local, fomentando a circulação de renda e ampliando as oportunidades de geração de emprego e trabalho, especialmente nos setores de comércio, serviços e economia criativa.

O evento contribuirá diretamente para o aumento do fluxo de visitantes, refletindo positivamente na rede hoteleira, na alimentação, no transporte e em outros serviços correlatos, além de estimular o empreendedorismo local e incrementar a arrecadação municipal. Dessa forma, a ação proposta configura-se como instrumento estratégico de desenvolvimento econômico, turístico e cultural, promovendo a dinamização da economia e a valorização do espaço urbano de Mossâmedes – GO.

4.4 Justificativa:

O Município de Mossâmedes – GO possui população estimada em 4.654 habitantes, conforme dados do IBGE (2022), e extensão territorial de 684,41 km². A Tradicional Festa de Maio constitui um dos principais eventos do calendário cultural local, sendo que, a partir de 2025, passou a incorporar apresentações de shows artísticos, ampliando significativamente seu potencial de atração de público e consolidando-se como importante instrumento de promoção turística e econômica.

A expectativa para a edição de 2026 é de público aproximado de 5.000 pessoas, entre moradores, visitantes e turistas da região, o que evidencia a relevância do evento para a dinamização do município e seu entorno. Nesse contexto, a realização da festa atende não apenas ao interesse cultural e social da população, mas também às diretrizes da administração municipal, que prioriza o fortalecimento do turismo, o incentivo ao comércio local e a valorização do espaço urbano.

A promoção de evento artístico-cultural dessa natureza ultrapassa o caráter festivo, configurando-se como vetor estratégico de desenvolvimento da economia criativa, capaz de gerar impactos positivos em cadeia sobre diversos setores, tais como hospedagem, alimentação, transporte, comércio varejista e prestação de serviços. Esse movimento contribui diretamente para a geração de emprego e renda, o aumento do faturamento dos empreendimentos locais e o incremento da arrecadação tributária municipal.

Ademais, a realização do evento em consonância com o calendário cultural do município permite que comerciantes e prestadores de serviços se organizem previamente para atender à demanda ampliada, potencializando os resultados econômicos esperados. Assim, o apoio financeiro pleiteado justifica-se como medida essencial para viabilizar a adequada estruturação do evento, assegurando seus efeitos positivos sobre o desenvolvimento econômico, turístico e cultural de Mossâmedes – GO.

4.5 Caracterização dos Interesses Recíprocos:

A celebração do presente convênio entre o Município de Mossâmedes – GO e a Secretaria Estadual da Retomada fundamenta-se na convergência de interesses institucionais voltados à promoção do desenvolvimento econômico, turístico e cultural, por meio do apoio à realização da Tradicional Festa de Maio, prevista para ocorrer entre os dias 29 e 31 de maio de 2026.

De um lado, o Município de Mossâmedes possui o interesse em fortalecer seu calendário cultural, preservar e valorizar suas tradições, bem como fomentar a economia local, mediante a atração de visitantes e o estímulo à geração de emprego e renda nos setores de comércio, serviços e turismo. A realização do evento representa, ainda, importante estratégia de valorização do espaço urbano e de incentivo à economia criativa, com reflexos diretos no aumento da arrecadação municipal.

De outro lado, a Secretaria Estadual da Retomada possui como finalidade institucional o fomento ao desenvolvimento econômico dos municípios goianos por meio de ações que estimulem a atividade produtiva, o turismo e a geração de renda. Nesse sentido, o apoio financeiro à realização de eventos culturais consolidados, como a Tradicional Festa de Maio, alinha-se às políticas públicas estaduais de incentivo à retomada econômica, especialmente em municípios de pequeno porte, potencializando a circulação de recursos e o fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Dessa forma, verifica-se a existência de interesses recíprocos e complementares entre os partícipes, na medida em que a cooperação proposta contribui simultaneamente para o alcance dos objetivos do Município e da Secretaria, promovendo o desenvolvimento sustentável, a valorização cultural e a dinamização da economia local e regional.

4.6 Público-alvo:

O público-alvo da Tradicional Festa de Maio do Município de Mossâmedes – GO é composto pela população local, estimada em 4.654 habitantes, bem como por moradores de municípios circunvizinhos, turistas e visitantes atraídos pela programação cultural e artística do evento, especialmente pelas apresentações musicais.

A expectativa é de participação de aproximadamente 5.000 pessoas ao longo dos dias de realização, abrangendo diferentes faixas etárias, classes sociais e perfis socioeconômicos, caracterizando-se como um evento de acesso amplo e democrático. Incluem-se, ainda, como público beneficiário indireto, os comerciantes locais, prestadores de serviços, trabalhadores informais e empreendedores da economia criativa, que terão suas atividades impulsionadas pela maior circulação de pessoas e recursos no município.

Dessa forma, o evento atende tanto ao público participante das atividades culturais quanto aos agentes econômicos locais, promovendo inclusão social, acesso à cultura e fortalecimento da economia municipal.

4.7 Objetivos a serem alcançados:

4.7.1 Objetivo geral, sucinto:

Viabilizar a realização da Tradicional Festa de Maio no Município de Mossâmedes – GO, mediante a adequada estruturação física, técnica e operacional do evento, assegurando condições para a execução da programação artística e cultural prevista.

4.7.2 Objetivos específicos:

- Implantar a infraestrutura necessária à realização do evento, incluindo palco, sonorização, iluminação, tendas, banheiros químicos e demais estruturas de apoio;
- Garantir a contratação e execução de serviços técnicos especializados para montagem, operação e desmontagem das estruturas e equipamentos;
- Assegurar a disponibilização de serviços de apoio operacional, segurança e brigadistas durante todos os dias de realização do evento;
- Viabilizar a execução da programação artística e cultural prevista, conforme cronograma estabelecido;
- Organizar o espaço físico do evento de forma adequada, garantindo acessibilidade, segurança e fluxo ordenado do público;
- Garantir condições logísticas e operacionais para o funcionamento regular do evento em espaço público;
- Assegurar o cumprimento das normas técnicas, de segurança e administrativas aplicáveis à realização de eventos.

4.8 Resultados esperados:

Com a realização da Tradicional Festa de Maio no Município de Mossâmedes – GO, espera-se alcançar resultados relevantes nos âmbitos econômico, social, cultural e turístico, consolidando o evento como importante instrumento de desenvolvimento local.

No campo econômico, projeta-se a ampliação da movimentação financeira no município, com impacto direto no aumento do faturamento do comércio e da prestação de serviços, especialmente nos setores de alimentação, hospedagem, transporte e comércio varejista, além de contribuir para o incremento da arrecadação tributária municipal.

No aspecto social, espera-se a geração de empregos temporários e oportunidades de renda para trabalhadores locais, incluindo profissionais da economia criativa, prestadores de serviços e comerciantes, promovendo inclusão produtiva e fortalecimento da atividade econômica.

Sob a perspectiva cultural, almeja-se a valorização e preservação das tradições locais, com o fortalecimento do calendário cultural do município e a ampliação do acesso da população a atividades artísticas e de lazer, promovendo integração social e bem-estar.

No âmbito turístico, espera-se o aumento do fluxo de visitantes e turistas, contribuindo para a projeção regional do município de Mossâmedes – GO como destino cultural, além de estimular a continuidade e o crescimento de eventos futuros.

Por fim, pretende-se a consolidação do evento como vetor de desenvolvimento sustentável, promovendo a dinamização da economia local, a valorização do espaço urbano e o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao turismo e à cultura.

4.9 Metas a serem atingidas e indicadores de aferição

META	INDICADORES	FONTE	FORMA DE AFERIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1. Realização de shows artísticos nos dias 29 e 30 utilizando da infraestrutura de evento, objeto deste instrumento, na “Tradicional festa de Maio” no município de Mossâmedes	Contratação de serviço de locação de estruturas para eventos	Publicação de ato licitatório	Portal da transparência e conferência por meio de registros fotográficos	Ruim: inferior a 50% Bom: 50% a 99% Ótimo: 100%
2. Alcançar público estimado para o evento	Participação mínima de 5.000 pessoas (equivalente a aproximadamente 107% da população municipal)	Relatórios da organização e registros do evento	Estimativa de público por contagem, registros fotográficos e controle de acesso	Ruim: até 2.000 pessoas Bom: de 2.001 a 4.000 pessoas Ótimo: acima de 4.000 pessoas
3. Impulsionar o comércio local durante o período do evento	Aumento médio de no mínimo 20% no faturamento dos estabelecimentos locais	Pesquisa junto aos comerciantes e dados fiscais	Aplicação de questionários e levantamento de movimentação comercial	Ruim: até 5% Bom: de 6% a 19% Ótimo: 20% ou mais
4. Estimular a geração de empregos temporários	Criação de no mínimo 80 postos de trabalho diretos e indiretos	Relatórios da organização e contratos firmados	Levantamento de contratações realizadas para o evento	Ruim: até 30 empregos Bom: de 31 a 60 empregos Ótimo: 80 ou mais empregos

4.11 Capacidade técnica-operacional

- O Município de Mossâmedes, Estado de Goiás, possui capacidade técnica-operacional, a qual poderá ser comprovada por meio de imagens e links de eventos já realizados, como ocorrido em edições passadas deste presente evento.

5 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapa	Descrição	Duração		Indicador Físico	Quantidade
		Início	Término		
1ª	Formalização do Termo de Convênio entre o município de Mossâmedes e a Secretaria Estadual da Retomada	29/04/2026	02/06/2026	TERMO DE CONVÊNIO	01
2ª	Contratação de empresa prestadora de serviço de locação de infraestrutura para eventos.	27/04/2026	12/05/2026	CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO	01
3ª	Instalação da infraestrutura para eventos	26/05/2026	29/05/2026	REGISTRO POR IMAGEM	01
4ª	Realização do evento “Tradicional festa de Maio de Mossâmedes”.	29/05/2026	31/05/2026	REGISTRO POR IMAGEM	01
5ª	Desmontagem da estrutura	01/06/2026	10/06/2026	REGISTRO POR IMAGEM	01

6. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO/ORÇAMENTO

6.1 Plano de Aplicação

EXERCÍCIO	TIPO DE DESPESA	CONCEDENTE (R\$)	PROPONENTE (R\$)	TOTAL (R\$)
2026	Contratação Geral	R\$ 100.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 106.000,00

6.2 Orçamento Detalhado

Item	Especificações	Quantidade	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor Total
6.2.1	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO GRANDE PORTE - MESAS CONTROLADORAS	2	DIARIA	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00
6.2.2	LOCAÇÃO DE 2 GERADORES DE ENERGIA MÍNIMO 256 KVA	2	DIÁRIA	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00
6.2.3	SOM PROFISSIONAL PA 24 COM AMPLIFICAÇÃO E KIT MICROFONES SUFICIENTES INCLUSA MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E OPERADOR	2	DIÁRIA	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00

6.2.4	PALCO COM COBERTURA TIPO DUAS ÁGUAS – LOCAÇÃO INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO COM COBERTURA TIPO DUAS ÁGUAS EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS Q30 OU SIMILIA NAS MEDIDAS DE 14 MT DE FRENTE POR 10 MT DE PROFUNDIDADE PÉ DIREITO NO MÍNIMO 8 MT	3	DIÁRIA	R\$ 6.000,00	R\$ 18.000,00
6.2.5	2 PAINÉIS DE LED OUTDOOR TAMANHO MÍNIMO 03X04 RESOLUÇÃO MÍNIMA P03	2	UNIDADE	R\$ 6.000,00	R\$ 12.000,00
6.2.6	PAINÉIL DE LED OUTDOOR TAMANHO MÍNIMO 10X2 RESOLUÇÃO MÍNIMA P03	2	UNIDADE	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00
6.2.7	HALL DE ENTRADA Q30 NO GROUND LOCAÇÃO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA DE GROUND TIPO GOL COM TESTEIRA	1	UNIDADE	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
6.2.8	BARRICADA ANTI AVALANCHE - BARRICADAS ESTRUTURADAS EM ALUMÍNIO E FERRO, ARTICULADAS COM LARGURA DE 01 METRO X 01 METRO DE ALTURA; ESBIRRAS PARA FIXAÇÃO	300	METRO	R\$ 40,00	R\$ 12.000,00
	TOTAL				R\$ 106.000,00

6.3. O apoio ofertado pelo CONCEDENTE terá como finalidade precípua itens relacionados com estruturas, como definido no objeto do ajuste, não fazendo jus à utilização do repasse para itens relacionados a shows.

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1. O CONCEDENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

REPASSE	
EXERCÍCIO	PARCELA ÚNICA
2026	R\$ 100.000,00

7.2. O CONVENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

REPASSE	
EXERCÍCIO	PARCELA ÚNICA
2026	R\$ 6.000,00

7.3. Conforme as tabelas supra, o desembolso será realizado após a subscrição do Convênio.

8. OBSERVAÇÕES GERAIS

8.1. O Município de Mossâmedes - GO será a entidade realizadora da Tradicional Festa de Maio que ocorrerá entre os dias 29 a 31 de maio de 2026.

8.2. O Município de Mossâmedes -GO será responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento do evento, cumprindo todo o disposto no Plano de Trabalho.

8.3. O Município de Mossâmedes -GO ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernente à legislação fiscal, social, tributária, trabalhista e previdenciária acaso decorrente da execução do objeto do convênio.

9. DECLARAÇÃO

9.1. Na qualidade de representante da Conveniente, venho declarar à Secretaria de Estado da Retomada de Goiás que:

- a) O Município de Mossâmedes -GO informará à Secretaria de Estado da Retomada - SER, a qualquer tempo, durante a execução do instrumento, as ações desenvolvidas para viabilizar os eventos.
- b) O Município de Mossâmedes -GO irá prestar contas dos recursos transferidos pela concedente destinados à consecução do objeto do convênio.
- c) O Município de Mossâmedes -GO irá receber e movimentar recursos exclusivamente em conta corrente bancária aberta somente para fins do eventual Convênio a ser firmado.
- d) O Município de Mossâmedes -GO irá operacionalizar o objeto, estando ainda ciente da obrigação de seguir as normas legais e

estando ciente de que a Secretaria de Estado da Retomada - SER, não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional.

e) O Município de Mossâmedes - GO não possui, em seu corpo diretivo, servidores da Administração Pública Estadual ou parentes de até segundo grau, sanguíneos ou afins, de servidores da Secretaria de Estado da Retomada - SER ou de diretores, presidentes, secretários ou outros cargos da alta administração do poder público Estadual.

f) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que os servidores envolvidos com o Convênio e respectivos cônjuges ou companheiros não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

g) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que o Município de Mossâmedes - GO não tem Dívidas com o Poder Público e Inscrição nos Bancos de Dados Públicos ou Privados de Proteção ao Crédito.

h) O Município de Mossâmedes - GO não possui nenhum impedimento legal para realizar o presente convênio.

i) Informo que possuo todos os documentos originais referentes às cópias simples de documentos apresentados (cópias de certidões, comprovantes de RG, CPF, contrato social, comprovantes de residência e outros) e que os apresentará a Secretaria de Estado da Retomada - SER quando solicitado e, antes da assinatura da Parceira, para fins de conferência.

Ante o exposto, pede-se **APROVAÇÃO** do Plano de Trabalho.

Marta Maria Caetano de Almeida Cunha
Prefeita Municipal de Mossâmedes-GO

**MARTA MARIA
CAETANO DE
ALMEIDA**
CUNHA: 430511
70100

Assinado de forma digital por MARTA MARIA CAETANO DE ALMEIDA
CUNHA: 43051170100
Dados: 2026.04.01 16:53:55 -03'00'

Esta Secretaria de Estado da Retomada - SER **APROVA** o Plano de Trabalho, por seu representante que subscreve.

César Augusto Sotkeviciene Moura
Secretário de Estado da Retomada

GOIÂNIA - GO, aos 15 dias do mês de abril de 2026.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA
GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

DECLARAÇÃO Nº 76 / 2026 RETOMADA/GECG-21307

CONSIDERANDO o teor do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, que estabelece normas que regulamentam a celebração, a execução, o acompanhamento e a fiscalização dos convênios e dos termos de cooperação firmados no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás, bem como na Lei Federal n.º 14.133/2021.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 6º do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, em que menciona que para a celebração do convênio dependerão da aprovação do plano de trabalho depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pelos órgãos ou pelas entidades interessadas.

CONSIDERANDO que o Plano de Trabalho (90467286) apresentado pelo **MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES - GO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 02.267.698/0001-31, preenche os requisitos legais, conforme manifestação da Procuradoria Setorial, por meio do Parecer n.º 131/2026 (88856790), Processo n.º 202619222000634.

DECIDO pela aprovação do Plano de Trabalho Retificado (90467286) apresentado, no valor total de **R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais)**, cabendo ao **CONCEDENTE** destinar o montante de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, correndo as despesas à conta do Orçamento do Estado de Goiás e ao **CONVENIENTE** caberá a contrapartida financeira no montante de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, visando promover a realização da **“Tradicional Festa de Maio”**, no Município de Mossâmedes – GO, **entre os dias 29 a 31 de maio de 2026**, por meio do custeio da locação de estrutura necessária para a realização do evento.

César Augusto de Sotkeviciene Moura

Secretário(a) de Estado da Retomada

GOIÂNIA, 18 de maio de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA**, Secretário (a) de Estado, em 19/05/2026, às 18:17, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **90496993** e o código CRC **C696DF77**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
RUA 82 400 - Bairro SETOR CENTRAL - CEP 74015-095 - GOIANIA - GO 0- PALACIO PEDRO
LUDOVICO TEIXEIRA, 2 ° ANDAR ALA LESTE



Referência: Processo nº 202619222000634



SEI 90496993

PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO

ORDEM DE
SERVIÇO:
0000623753

TÍTULO: 202619222000634

USUÁRIO: IARA PEREIRA DE SÁ

LOGIN: iara.pereira

CLIENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

DATA DA PUBLICAÇÃO: 21/05/2026

SITUAÇÃO DA PUBLICAÇÃO: APROVADA

DATA DO ENVIO: 20/05/2026

HORA: 08:44:43

VALOR: 772,19

ALTURA (cm): 17.65

COLUNA(S): 1

CM² (Colunas x altura):
17.65

JORNAL: Diário Oficial do Estado de Goiás

CADERNO: Caderno Único

SEÇÃO: II - Secretarias de Estado

DADOS
DO
ARQUIVO

EXTENSÃO: docx

IMPRESSÃO

DATA: 20/05/2026

HORA: 08:45:41

USUÁRIO: IARA PEREIRA DE SÁ

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA
EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 27/2026

PROCESSO: 202619222000634

ESPÉCIE: Convênio

CONCEDENTE: O **ESTADO DE GOIÁS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA**, inscrita no CNPJ 37.992.607/0001-05.

CONVENENTE: **MUNICÍPIO DE MOSSÂMEDES - GOIÁS**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.267.698/0001-31.

OBJETO: O objeto deste instrumento consiste em promover a realização da "**Tradicional Festa de Maio**", por meio do apoio para contratação de serviço de locação de infraestrutura de eventos a serem instaladas na Praça Damiana da Cunha como suporte para apresentação de shows artísticos, a ocorrer entre os dias **29 a 31 de maio de 2026**, no Município de Mossâmedes - Goiás.

A iniciativa visa assegurar a continuidade de relevante manifestação cultural do município, fortalecendo o calendário festivo local e promovendo a valorização das tradições populares. Ademais, o convênio busca impulsionar a economia local, fomentando a circulação de renda e ampliando as oportunidades de geração de emprego e trabalho, especialmente nos setores de comércio, serviços e economia criativa.

O evento contribuirá diretamente para o aumento do fluxo de visitantes, refletindo positivamente na rede hoteleira, na alimentação, no transporte e em outros serviços correlatos, além de estimular o empreendedorismo local e incrementar a arrecadação municipal. Dessa forma, a ação proposta configura-se como instrumento estratégico de desenvolvimento econômico, turístico e cultural, promovendo a dinamização da economia e a valorização do espaço urbano de Mossâmedes - GO.

VIGÊNCIA: O presente Termo de Convênio terá vigência de **02 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com sua eficácia condicionada a publicação no Diário Oficial do Estado, para a consecução do objeto expresso no Plano de Trabalho aprovado.

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2026

VALOR: Para a execução do objeto deste Termo de Convênio, dá-se o valor total de **R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais)**, cabendo ao CONCEDENTE destinar o montante de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, correndo as despesas à conta do Orçamento do Estado de Goiás, observadas as características abaixo especificadas, e ao CONVENENTE caberá a contrapartida financeira no montante de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)** de cordo Nota de Empenho nº 00028/2026, conforme Plano de Trabalho aprovado.

ASSINATURA: **César Augusto Sotkeviciene Moura** - Secretário de Estado da Retomada e **Marta Maria Caetano de Almeida Cunha** - Prefeita do Município de Mossâmedes - Goiás.